

# V FORUM EUROPEU DAS MIGRAÇÕES

Costa da Caparica, 20 e 23 de Setembro 2007

Caros e Caras Companheiros,

Sejam bem vindos a Portugal e, especialmente, à Costa da Caparica, vila laboriosa e bonita da minha amada Diocese de Setúbal.

Não podeis calcular a imensa tristeza que me invade de não poder estar, pessoalmente, convosco. Problemas de saúde mo impendem. Ofereço, contudo, esta privação, e as dos últimos meses, pelo bom êxito do Fórum que, em boa hora, a Caritas Europa quis organizar no nosso país. Quero juntar o meu sofrimento ao da multidão incontável que procura fora da Mãe Pátria condições de vida mais humanas. Sei, todavia, que é um abuso comparar as minhas dores às deles.

Sei que durante os próximos três dias irão estar reunidos e, sobretudo, muito unidos, os que no quotidiano procuram ser “o bom samaritano” dos que percorrem as estradas de todos os continentes, levando na bagagem incertezas e grandes riscos, mas também muita esperança de encontrar braços acolhedores do tamanho do mundo. Com efeito, o fenómeno migratório faz parte de um processo que precisa ser compreendido à luz de um outro igualmente desafiante que é o da globalização, que se impõe através do modelo económico neoliberal que rege as relações entre os povos. A cidadania universal é uma necessidade para os processos de convivência onde todas as pessoas migrantes devam ter todos os direitos inerentes à condição de cidadãos, fundamentalmente pelo simples razão de pertencerem à família humana. Por isso, as políticas migratórias não podem estar à margem dos Direitos Humanos.

Neste sentido, a Organização das Nações Unidas não se cansa de incentivar os Estados Membros e as organizações governamentais e não-governamentais a fortalecerem as acções de sensibilização e mobilização pela protecção aos direitos humanos e liberdades fundamentais dos migrantes, no intercâmbio de experiências e no desenvolvimento de iniciativas que assegurem a protecção ao ser humano que se obriga a emigrar.

Na perspectiva de uma cidadania universal, a justiça, a solidariedade e o humanismo devem nortear todos os normativos dos Estados, em particular dos que dizem respeito a grupos mais vulneráveis, como é o caso dos migrantes; que seja, integralmente, respeitada a Convenção Internacional para os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares; que se faculte o acesso às políticas públicas, direitos e deveres a elas inerentes, independentemente da situação administrativa dos imigrantes.

Para que tudo isto se torne realidade é necessário que os direitos dos migrantes não sejam apresentados como se tudo fosse um favor, como se estes em nada contribuíssem para o bem-estar e para a economia tanto dos países de residência quanto de seus próprios.

Somos todas e todos chamados a contribuir para que tenhamos instrumentos internacionais, legislação nacional, políticas públicas e uma prática humana e administrativa que reconheçam os direitos dos migrantes e dos refugiados e os tenham respeitados, não por terem nascido neste ou naquele país, nem mesmo por terem documentos, mas antes e acima de tudo, por serem pessoas humanas.

Sei que tudo isto, e muito mais, irá estar no âmbito das preocupações que vos trouxeram a este elo e acolhedor país “à beira mar plantado”.

Quero agradecer a todos os que tornaram possível a realização deste fórum, da Caritas Europa, passando por toda a equipa da Caritas Portuguesa, até ao apoio concedido pelo governo português e as Câmaras Municipais de Almada e de Palmela, assim como a prestimosa colaboração da Obra Católica Portuguesa das Migrações e do Pároco da Costa da Caparica.

Na Mensagem final dos participantes na V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e Caribe lê-se «*As migrações são um sinal dos tempos. A intensidade do fenómeno interpela, hoje, a ordem política e económica mundial e interpela também a Igreja. Instamos as autoridades dos Estados a escutar a voz dos excluídos da sociedade e a reconhecer a toda a pessoa humana uma "cidadania universal" pelo simples e fundamental facto de ser membro da família humana, participe da sociedade mundial, com direito a ocupar um espaço digno e poder contribuir com sua presença e trabalho pelo bem comum*». E destaca: «*Anima-nos o exemplo de Jesus que experimentou a migração e o refúgio e que a partir de sua encarnação num povo e cultura concretos, viveu em sua prática, os valores do Reino, transpassando todas as fronteiras e derrubando os muros do ódio e dos prejuízos. Com sua morte na cruz e com sua ressurreição, fez de muitos um só povo*».

O “Mundo é nossa Pátria”. O próprio acto de migrar demonstra esta teimosia que emerge do povo que quer viver. Cada um, cada uma de nós, tem raízes migrantes, cujo sonho é a convivência pacífica entre os diferentes, a justiça social, o intercâmbio cultural de forma a não negar a sua origem. No Evangelho de João, Jesus pára junto ao poço e pede água a uma samaritana, uma estrangeira. Aquele que é “água viva” pede de beber a uma mulher de outra origem.

Tenhamos nós a coragem de tentar imitá-LO, não só em teoria, mas na prática do quotidiano.

Podem contar todos comigo.

Lisboa, 20 de Setembro de 2007

Eugénio José da Cruz Fonseca  
O Presidente da Caritas Portuguesa